

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES  
UNIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES**

NILZA FRANCO PORTELA

**GESTÃO DAS ÁGUAS NO COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ**  
UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2005

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES-UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE CIDADES**

Nilza Franco Portela

**GESTÃO DAS ÁGUAS NO COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ**  
Um Olhar Sobre o Processo Decisório

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Tânia Braga, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
Outubro de 2005

## AGRADECIMENTOS

À Profª Tânia Braga, pelo seu apoio e orientação incisiva, sem a qual esta dissertação dificilmente ter-se-ia concretizado.

Especial agradecimento à gestão da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF, pela facilitação do cumprimento de carga horária especial e pelo acesso ao acervo bibliográfico institucional.

Ao Profº Sergio de Azevedo, professor titular da UENF, pela contribuição e participação em idéias, sugestões e discussões que se fizeram ao longo da dissertação, bem como disponibilizando artigos ainda não publicados.

À equipe de gestores do Consórcio Intermunicipal, Plenária de Entidades e Comitê de Bacia do Rio Macaé pela facilitação aos documentos das entidades e pelo acolhimento durante as visitas exploratórias e participação nas reuniões, especialmente à Maria do Carmo.

Agradeço também a todos os professores do Mestrado de Planejamento Regional e Gerência de Cidades pelas contribuições acadêmicas a minha formação profissional.

Finalmente, quero expressar meus agradecimentos a Carla, Cassiano, Pedro e Bruna, filhos e filhos com açúcar, razão maior do meu esforço e dedicação para continuar servindo como boa referência de profissional, mãe/avó e cidadã.

Ao meu Deus por tudo de bom que tenho experimentado.

"Destruindo onde quer que vá, as coisas do Grande Espírito, o Papalagui com sua própria força pretende dar vida, novamente, àquilo que matou, convencendo-se assim de que é o Grande Espírito porque faz muitas coisas. (...) Porque está muito pobre, porque sua terra está muito triste, o Papalagui pega nas coisas, ajunta-as, feito doido que junta folhas murchas e com elas enche a sua cabana. Mas é também por isto que nos inveja e deseja que fiquemos tão pobres quanto eles. (...) O Papalagui fala muito nos pensamentos que tem, deixa que façam tanto barulho quanto crianças malcriadas. Porta-se como se as idéias fossem tão preciosas quanto as flores, os montes, os bosques".

*Schuermann*

## RESUMO

### GESTÃO DAS ÁGUAS NO COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ: UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO

A Lei 9.433 de agosto de 1997 também conhecida como Lei das Águas, coloca o Brasil dentre os países de legislação mais avançada do mundo no setor de recursos hídricos. Entre os pressupostos legais e a concretude das normas estão os conflitos de interesses sob o uso da água nos novos arranjos institucionais propostos. A dissertação tem por objeto a análise do arranjo institucional organizado para o gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé, inserida na Macrorregião Ambiental – 5, no Estado do Rio de Janeiro. O trabalho procura explicar a dinâmica do processo de formação e funcionamento do Comitê de Bacia do Rio Macaé levando em conta os pressupostos da Lei das Águas e o ambiente institucional encontrado nesta unidade de planejamento/gerenciamento. A partir do estudo do contexto institucional, analisar os espaços da sociedade civil organizada no processo decisório, a postura e participação do poder público na gestão das águas e a sustentabilidade política e técnica dos atores envolvidos na reversão dos problemas que afetam os recursos hídricos nesta bacia hidrográfica. Dentre os pontos estudados, entre as principais questões que interferem na institucionalização do modelo de gestão das águas estão, entre outras, a fragilidade institucional brasileira, a complexidade da gestão na administração dos conflitos envolvendo os múltiplos interesses em torno da água e a dificuldade de se estabelecer espaços decisórios negociados que construam um sistema interativo entre instituições públicas, sociedade e leis e estabeleçam uma estrutura institucional que funcione de fato.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gerenciamento de Recursos Hídricos, Legislação, Espaço Decisório, Mudança institucional.

## ABSTRACT

### WATER ADMINISTRATION AT COMMITTEE OF HYDROGRAPHIC BASIN OF MACAÉ RIVER: AN OVERVIEW ON THE DECISORY PROCESS

The law 9.433 of August, 1997, also known as Law of the Waters, set the Brazil among the legislation countries most advanced in the world in the section of hydric resources. Between the legal presuppositions and the application of the norms they are the conflicts of interests about the use of the water in the new proposed institutional arrangements. The dissertation has the objective to perform the analysis of the organized institutional arrangement for the administration of the hydric resources of Rio Macaé's Hydrographic Basin, inserted in Environmental Macro-region - 5, in the State of Rio de Janeiro. The work attempt to explain the dynamics of the formation process and operation of the Committee of Basin of Rio Macaé taking into account the presuppositions of the Law of the Waters and the institutional atmosphere found in this unit. Starting from the study of the institutional context it was analyzed the spaces of the organized civil society in the process, the posture and participation of the public power in the administration of the waters and the actors' political and technical sustainability involved in the reversion of the problems that affect the hydric resources in this hydrographic basin. Among the main subjects that interfere in the institucionalização of the model of administration of the waters in this study they are the Brazilian institutional fragility, the complexity of our federal pact, the complexity of the administration of the conflicts involving the multiples interests around the water, the difficulty of establishing spaces of negotiation that build an interactive system between public institutions and society and establish an institutional structure that it works in fact.

**KEY WORDS:** System Water Resources, Legislation, Space decisory, Institutional Change

## LISTA DE SIGLAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ACEMCA	Associação Cultural Ecológica do Município de Casimiro de Abreu
ADLIM	Associação de Defesa da Lagoa de Imboassica
AMDA	Associação Macaense de Defesa Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
APAJ	Associação dos Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba / PARNA JURUBATIBA.
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EMHUSA	Empresa Municipal de Habitação Saneamento e Águas
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FERHI	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
MRA-5	Macrorregião Ambiental-5
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MERO	Movimento Ecológico de Rio das Ostras
PNRHI	Política Nacional de Recursos Hídricos
PERHI	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PBH'S	Planos de Bacia Hidrográfica
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SEMADUR	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SEMADS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SERLA	Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SNGRHI	Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos
SNRHI	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
SNIRHI	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos

# 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a participação da sociedade organizada nos processos decisórios das políticas públicas vem ocorrendo no Brasil desde os anos 80 e reflete as mudanças ligadas ao projeto de Reforma do Estado, onde as características básicas estão na “[...] redefinição do papel do Estado na economia e na reconversão das bases de intervenção do Estado na esfera social” (MELO, 1999:16). A análise do atual arcabouço jurídico-institucional ocorrido em vários países, principalmente nos chamados periféricos, reflete a difusão internacional das reformas liberais com base no princípio de ser “fundamental a redução da intervenção pública na economia e na sociedade” (MACHADO, 2003). Estas diretrizes programáticas de escala mundial para as reformas do Estado são refletidas nas mudanças que vêm ocorrendo no Brasil.

O novo modelo de gestão das águas, adotado pela Lei 9.433/1997 que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos - SNRHI-, possui características deste processo. Além desta orientação mundial para a reestruturação do papel do Estado na economia e na sociedade, o modelo incorporou outros princípios que sintetizam documentos construídos no nível internacional, como por exemplo, os da Conferência de Dublin - 1992 -, Agenda 21 – 1992 -, Documento de Políticas do Banco Mundial – 1993 – e na experiência de gestão de recursos hídricos da França, organizada por entidades de gestão e pelos instrumentos gestão.

O modelo está estruturado através de um sistema nacional - comando central -, com gestão descentralizada e integração participativa de vários setores da sociedade civil, usuários e poder público. Estes aspectos positivos, sob a ótica conceitual e filosófica do envolvimento da sociedade, no caso brasileiro não significam o desaparecimento da cultura centralizadora de poder do Estado como veremos ao longo do trabalho.

O SNRHI traz uma nova visão do gerenciamento dos recursos hídricos, privilegiando o planejamento e gestão por bacias hidrográficas e, conseqüentemente, introduz novos

## **2 MARCO LEGAL DO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL E AS ENTIDADES DE GESTÃO**

### **2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DOS RECURSOS HÍDRICOS E SEUS EFEITOS**

O Código de Águas – Decreto nº 24.643 de 17/10/1934 - com suas alterações posteriores formou o quadro normativo que trata especificamente do tema<sup>1</sup>. Apesar de seus quase 70 anos, e ainda ser considerado pela Doutrina Jurídica como um dos textos modelares do Direito Positivo Brasileiro, somente o livro III referente às forças hidráulicas e indústrias hidrelétricas, recebeu a necessária regulamentação. Em virtude da carência de legislação referente aos domínios das águas, livros I e II do Código de 1934, houve pouco desenvolvimento doutrinário no setor (LANNA, 2001).

Dos 205 artigos do Decreto, mais de 60 referem-se especificamente à normatização para o aproveitamento industrial, quer de águas de domínio público, quer de particulares ou de fontes de energia hidráulica, conforme afirma Granziera (apud SCARE, 2003).

[...] o Código de Águas dispõe sobre sua classificação e utilização, dando bastante ênfase ao aproveitamento do potencial hidráulico que, na década de 30, representava uma condicionante do progresso industrial que o Brasil buscava. (2000, p: 48).

O Código das Águas apontou mecanismos capazes de assegurar a utilização sustentável dos recursos hídricos<sup>2</sup>, garantir o acesso público às águas e impôs as condições para o aproveitamento da água superficial, um avanço para a época.

Já em 1934, garantir o direito à utilização gratuita da água superficial para as necessidades da vida ficava patente no artigo 34 do presente Código, assim como a preocupação com a proteção das águas já era concreta: "A ninguém é lícito conspurcar ou

---

<sup>1</sup> Medida atribuída ao Estado Getulista (1930 - 1945).

<sup>2</sup> Definiu as águas em públicas e particulares. As públicas são as que nascem em terreno público ou qualquer corrente, como os lagos e lagoas, mar que possibilite a navegação ou flutuação, ou mesmo nascente ou braço de qualquer corrente desde que influam na navegabilidade ou fluabilidade. A definição de águas comuns para poder designar todas as águas particulares e não navegáveis como as nascentes e as situadas em terrenos particulares; Enfatiza a utilização das águas públicas para energia hidráulica, define algumas regras para a navegação, assim como para outras aplicações. Especificamente para agricultura, indústria e higiene, a utilização de águas derivadas dependerá de concessão administrativa, por tempo limitado a 30 (trinta) anos (Código das Águas/1934).

### **3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL**

#### **3.1 FEDERAÇÃO, DIREITO À PROPRIEDADE E DOMÍNIO DAS ÁGUAS: O Complexo Ambiente da Gestão de Recursos Hídricos**

Com a Constituição de 1988, o Brasil introduziu um federalismo único no mundo ao estabelecê-lo em três níveis – federal estadual e municipal. O primeiro pressuposto do federalismo é a autonomia dos entes federados mantendo a soberania nacional como indivisível<sup>1</sup>. Os Estados Membros, Distrito Federal e Municípios são dotados de autonomia, mas não soberanos. A soberania nacional está acima das autonomias estaduais e municipais. O segundo pressuposto é a descentralização como meio para exercitar o estado democrático de direito, princípio do regime de governo. Portanto, é possível afirmar que o federalismo tem dois princípios que gravitam em torno das suas unidades constitutivas: a autonomia e a participação (LITRENTO, sem registro de data no artigo).

Para Abrúcio (2004), outro princípio além da autonomia e da participação é a questão da interdependência: “Nunca se pode esquecer que a federação é uma mistura entre autonomia e interdependência, e, infelizmente, o Brasil tem perdido muito em termos de interdependência talvez como herança do estágio de globalização em que vivemos” (palestra). A interdependência é vista como um elemento de mutualidade de interesses que une todos os entes federados e a autonomia entendida como a capacidade que têm as unidades federadas de gerir seus próprios negócios, de editar leis, de promulgar a própria constituição.

Existe dificuldade para implementar os princípios de autonomia e participação, pois o próprio modelo federativo constitui-se em obstáculo e principal gerador dos conflitos políticos. Citamos como exemplo as dificuldades para efetivar as reformas constitucionais ou a ausência de regulamentação de artigos da Constituição/88, importantes para que uma

---

<sup>1</sup> Constituição Federal: Art. 18 § 2º.

#### **4 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSÓRCIO DA MACRORREGIÃO AMBIENTAL-5 E DO COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ: Perspectivas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé**

Neste capítulo analisaremos o processo de implantação e o funcionamento do Comitê de Bacia do Rio Macaé através da estrutura organizacional montada para alcançar este fim: O Consórcio Intermunicipal da MRA-5 e a Plenária de Entidades.

Não é possível entender o funcionamento da gestão do CBH do Rio Macaé e suas repercussões na política de recursos hídricos sem analisar a dinâmica da organização da MRA-5 de modo mais abrangente, pois o Consórcio da MRA-5 e a Plenária de Entidades se confundem com o próprio CBH seja pela atuação das mesmas representações – governo, usuários e sociedade civil organizada ou pelo contexto dos mesmos conflitos de interesses nas organizações.

## **5 COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ: Que Parlamento é Este?**

No capítulo anterior fizemos referência sobre a composição dos comitês de bacias e conselhos, que é tripartite, observando que algumas vezes ocorre a supremacia do poder público sobre os demais integrantes, o que acaba por restringir o controle social e a participação no processo decisório das organizações civis. Mais do que a pura e simples composição, a representatividade nestes fóruns possibilita uma melhor compreensão do funcionamento dos mesmos. Este capítulo tem por objetivo averiguar se os diversos setores estão efetivamente representados e como é exercida esta representação. Também objetiva analisar o arranjo institucional adotado no Comitê de Bacia do Rio Macaé.

### **5.1 QUEM ESTÁ DE FORA DO PROCESSO E O PORQUÊ**

O estudo mapeou no CERHI e no CBH do Rio Macaé ausências significativas. A última instância recebe influência da primeira em termos de diretrizes de funcionamento. Destacaram-se como ausentes dois segmentos importantes: agricultura e educação.

A composição do CERHI do Estado do Rio de Janeiro optou por uma ampla participação dos órgãos públicos estaduais, representação de segmentos organizados de usuários em federações mais ligadas à indústria e restringindo a representação das organizações ambientalistas (somente quatro entidades). Notadamente há pouca participação do segmento ligado à agricultura, sendo representado por um órgão estadual também com outras atribuições - Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - e pela Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, representante do segmento usuários, quando na verdade deveria estar dentre os da sociedade civil organizada, por representar os trabalhadores. Sob esta ótica é

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contextualizando o arranjo institucional como um conjunto inter-relacionado de entidades e normas norteadoras das atividades da sociedade com o objetivo de atingir metas sociais (BRAGA,2000), teceremos algumas considerações.

O arranjo institucional para o gerenciamento de recursos hídricos estabelece as condições sob as quais a água pode ser utilizada e provê organizações e indivíduos com recursos e autoridade para executar determinadas tarefas. A questão que se coloca, então, é como elaborar um desenho institucional que assegure, além da captação e distribuição de recursos, um conjunto de normas capazes de produzir decisões que reflitam, de fato, aspirações da sociedade em prol de um desenvolvimento sustentável.

Quando abordamos anteriormente que o modelo federativo brasileiro poderia se construir em obstáculo na gestão de recursos hídricos pela dificuldade do exercício da autonomia, interdependência e participação, estes se revelam claramente na prática do gerenciamento dos recursos hídricos ligados ao funcionamento do CBH do Rio Macaé. É na unidade de planejamento territorial da bacia hidrográfica que os conflitos de competências e de centralidade de decisões afetam o sistema como um todo, pois impedem as ações locais de gestão sob a ótica simplificada da Lei 9.433/97. Há que se considerar que estes novos espaços construídos não podem ser encarados como uma construção artificial do Estado, tendo em vista todo o envolvimento da sociedade rumo a uma normatização onde foi assegurada a voz dos mais diversos interesses envolvidos e “[...] o fato é que estes espaços surgem como responsáveis pelo atendimento ou pela resposta a direitos ora subtraídos. Mesmo que não haja uma prática destes objetivos, não podemos negar que hoje estes espaços são legítimos” (Ojima, 2004) e, portanto, devem ser incluídos na estrutura macro-institucional da administração pública.

Existem inúmeras incertezas contidas no processo de gestão das águas, tanto de natureza política quanto jurídica, econômica e financeira.



# **ANEXOS**

**ANEXO A - INSTRUMENTO DE PESQUISA: COLETA DE DADOS JUNTO A GESTORES PÚBLICOS - Meio Ambiente/Recursos Hídricos**

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

**Bloco 1 – INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL PARA RESOLVER OS PROBLEMAS RELATIVOS AOS RECURSOS HÍDRICOS**

A Instituição possui infra-estrutura para cuidar dos problemas relativos aos recursos hídricos?

**1 - Recursos Humanos**

- suficiente
- insuficiente
- inexistente

Quantos e quais profissionais \_\_\_\_\_

**2 - Recursos Materiais**

- suficiente
- insuficiente
- inexistente

Quais \_\_\_\_\_

**3 - Recursos Financeiros**

- suficiente
- insuficiente
- inexistente

Origem dos Recursos. \_\_\_\_\_

Valor. \_\_\_\_\_

**Bloco 2 - POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO PRATICADA PELO GOVERNO**

1- Como os municípios (Estado) se articulam com o Estado (municípios) nas questões relativas aos recursos hídricos?

- O município procura o Estado
- O Estado identifica os problemas do município e o procura

- Ocorre as duas situações anteriores
- não se articulam

2- Com outros municípios (estados)

- articulação forte
- eventual
- incipiente

3- E com a comunidade?

- através de associações
- no campo individual
- incipiente para associações
- inexistente

4- Estas articulações têm dado resultados positivos?

- Sim      Quais? \_\_\_\_\_

- Não      Identifique possíveis causas. \_\_\_\_\_

5- Qual tem sido a política do Estado quanto à participação do município no gerenciamento dos recursos hídricos?

- Centralizadora
- descentralizadora
- incentivadora da descentralização

Descreva um fato que certifique a afirmativa acima \_\_\_\_\_

---

### **Bloco 3 - LIMITAÇÕES AO GERENCIAMENTO PARTICIPATIVO, SOB O PONTO DE VISTA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS**

1- Qual a sua percepção com relação à legislação existente no que se refere aos recursos hídricos?

- conhece
- conhece muito pouco
- desconhece

2- Mais precisamente, no que a legislação se refere a outorga do direito de uso da água?

- conhece
- conhece muito pouco
- desconhece
- outras. \_\_\_\_\_

3- O Sr (a) acha que essas leis facilitam ou dificultam a participação do município/Estado no gerenciamento dos recursos hídricos?

- facilitam
- dificultam
- indiferente
- outras. \_\_\_\_\_

4- Existem limitações econômicas que limitam a participação do município/Estado no gerenciamento dos recursos hídricos.

- existem           Quais? \_\_\_\_\_
- não existe
- outras.            Quais? \_\_\_\_\_

5- Existem limitações técnicas à participação do município/Estado?

- existem           Quais? \_\_\_\_\_
- não existe
- outras.            Quais? \_\_\_\_\_

6- Existem limitações administrativas à participação do município?

- existem           Quais? \_\_\_\_\_
- não existe
- outras.            Quais? \_\_\_\_\_

7- Existe algum problema associado com falta de interesse dos funcionários que limite à participação do município/Estado?

- existem           Quais? \_\_\_\_\_
- não existe
- outras.            Quais? \_\_\_\_\_

8- Existe alguma barreira de ordem cultural ou religiosa relacionado com a água que limite à participação?

- existem           Quais? \_\_\_\_\_
- não existe
- outras.            Quais? \_\_\_\_\_

#### **Bloco 4 -PERCEÇÃO DAS LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

1 - Qual sua opinião com relação ao papel da prefeitura no gerenciamento dos recursos hídricos?

- co-gestora
- interlocutora
- orientadora
- outras. Quais? \_\_\_\_\_

2 - Qual tem sido a atuação da prefeitura nesse sentido

- co-gestora
- interlocutora

orientadora

outras Quais? \_\_\_\_\_

3 - O Sr. considera que a atual forma de atuação tem sido eficiente na solução dos problemas associados com o uso e a preservação dos recursos hídricos?

eficiente

ineficiente

razoável

outras Quais \_\_\_\_\_

**ANEXO B - PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE A PLENÁRIA DE ENTIDADES – Consórcio da MRA/5**

1-NOME DA ENTIDADE: **ACEMCA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**

2-CIDADE SEDE: **CASIMIRO DE ABREU E RIO DAS OSTRAS**\_\_\_\_\_

3- DIRIGENTE MAIOR: **RICARDO MUNIZ STRÓLIGO**

4- NÚMERO DE ASSOCIADOS: **NÃO LEMBRO E NÃO TENHO ACESSO NO MOMENTO. 110 MAIS OU MENOS**\_\_\_\_\_

5- NÚMERO DE ASSOCIADOS ATUANTES NESTE MOMENTO: **OITO**\_\_\_\_\_

6- MAIOR NÚMERO DE ASSOCIADOS REGISTRADOS \_\_\_\_\_ NO ANO \_\_\_\_\_

7- MENOR NÚMERO DE ASSOCIADOS REGISTRADOS \_\_\_\_\_ NO ANO \_\_\_\_\_

8- DATA DE FUNDAÇÃO (REGISTRO OFICIAL): **24 DE AGOSTO DE 1993.**

9- ÉPOCA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: **1994**\_\_\_\_\_

10- PRINCIPAL OBJETIVO DA ENTIDADE: **PROMOVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LUTAR PELA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**\_\_\_\_\_

11- Primeiro problema ambiental que mobilizou o grupo para a organização da entidade: **DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA E FALTA DE CONSCIÊNCIA DAS PESSOAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE E O SEU CUIDADO**\_\_\_\_\_

12- A Entidade possui em seus quadros de associados: (Múltipla Escolha)

( ) Engenheiro Florestal

(X ) Biólogos

( X ) Professores

( ) Advogados

( X ) Engenheiro Agrônomo

( ) Engenheiro Civil

( ) Médico

( ) Outros

Se “outros” quais? \_\_\_\_\_Engenheiro eletrônico e publicitária.\_\_\_\_\_

## 13-TIPOLOGIA DA ENTIDADE:

- ONGs
- Organização Comunitária
- Associação comunitária
- Sindicato
- Grupo de estudo científico
- Instituição Científica
- Outra

Se “outra” qual? \_\_\_\_\_

## 14- COMO PODE CARACTERIZAR A ATUAÇÃO DA ENTIDADE:

**(numerar de zero a cinco por ordem de grandeza: zero para a opção que não caracteriza a entidade; 01 para a maior característica e sucessivamente até 05 em escala de valor).**

- ( 2 ) Base de atuação na denúncia de problemas ambientais
- ( 3 ) Base na conscientização para preservação ambiental
- ( 0 ) Base na participação política através de partidos políticos
- ( 2 ) Base na participação em espaço de construção decisória em políticas públicas que tenham como fim o desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos ambientais.
- ( 1 ) Base da atuação na execução de programas e projetos ligados ao meio ambiente

## 15- ATUAÇÃO DA ENTIDADE É:

- ( ) De âmbito local ( cidade sede da entidade)
- ( ) De âmbito da região Norte Fluminense
- ( x ) De âmbito das regiões Norte e Noroeste Fluminense
- ( ) De âmbito Estadual
- ( ) De âmbito Nacional
- ( ) De âmbito internacional

## 16- Participação em Conselhos Municipais

- ( ) Conselho Municipal de habitação
- ( x ) Conselho Municipal de Meio Ambiente
- ( x ) Conselho Municipal de Saúde
- ( ) Conselho Municipal de Assistência Social
- ( ) Conselho Municipal de Turismo
- ( x ) Conselho Municipal de Educação
- ( ) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- ( ) Outros

Se “outros” quais? \_\_\_\_\_

---

17- Participação em outros conselhos de esfera estadual ou federal.

( ) Estadual            Quais? \_\_\_\_\_

( ) Federal            Quais? \_\_\_\_\_

18- Registro OSCIP: (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)

( ) SIM

( x ) NÃO

19- Dirigentes ligados a partidos políticos

( x ) Sim            Quais Partidos? **PV**            Quais dirigentes?

( ) Não

20- Meios usados para divulgação dos trabalhos da entidade: (Múltipla Escolha)

( ) Jornal periódico

( X ) Programa em rádio

( X ) Revista

( ) Site

( X ) Panfletos

( ) Programa de TV

( ) Outros

Se "outros", quais?

---



---

21- Historie as opções escolhidas e forneça informações de acesso a pesquisadora.

**RADIO: PROGRAMA DE RÁDIO SOBRE MEIO AMBIENTE - 15 MINUTOS.  
PANFLETOS: QUANDO REALIZANDO ALGUM PROJETO DE EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL.**

**REVISTA: ESCREVENDO ALGUMA MATÉRIA SOBRE PRESERVAÇÃO E  
CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU DENUNCIANDO UMA SITUAÇÃO DE  
GRAVIDADE DE IMPACTO AMBIENTAL E OU SOCIAL. \_\_\_\_\_**

---



---

22- Filiados a outros movimentos ambientalistas?

( X ) Sim            Quais? \_\_\_\_\_ **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE BACIA  
HIDROGRÁFICA DO MACAÉ, MACRORREGIÃO AMBIENTAL-5 E COMITÊ DE  
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACAÉ CBH-MACAÉ.**

( ) Não

23- A Entidade tem entrado com ações judiciais/denúncias nas Curadorias do Meio Ambiente/Promotorias?



Câmara de Vídeo

27- Outros Recursos

Telefone

Site Próprio

Acesso a Internet

Outro

Se “outro” qual? \_\_\_\_\_ **OBS.: A INSTITUIÇÃO PRECISAMENTE FALANDO, NO MOMENTO, NÃO. MAS TODOS TEMOS ACESSO A ESTES MEIOS, O PRÓPRIO CONSÓRCIO POR EXEMPLO. USAMOS MUITO O ESPAÇO PARA REUNIÕES E COMUNICAÇÕES.**

28- Recursos Humanos

Funcionários Quantos? \_\_\_\_\_

Nenhum Funcionário

Se tiver funcionários, qual a qualificação dos mesmos.

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

3- \_\_\_\_\_

29- A instituição está credenciada para realizar:

EIA/RIMA

Projetos de Compensações Ambientais

Outros

Se “outros” quais? \_\_\_\_\_ **A ACEMCA ESTÁ PARA MUDAR A DIRETORIA EM DEZEMBRO E NO MOMENTO NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM PROJETOS E VAI PASSAR POR REGULARIZAÇÃO DA BUROCRACIA E DE NOVA DIRETORIA.**

## **RECURSOS HÍDRICOS**

30 - Aponte os principais problemas a serem enfrentados pelos movimentos ambientalistas na mesoregião da Bacia do Rio Macaé.

**\_\_\_PRIMEIRAMENTE A IGNORÂNCIA E O DESCASO DAS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELO SISTEMA HIDRICO. O DESCONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO.**

**INVASÕES NAS MARGENS DO RIO. SUBSTITUINDO A VEGETAÇÃO NATURAL POR AGRÍCOLAS, MUDANDO CLIMA. A PERMISSÃO DE URBANIZAÇÃO DAS MARGENS INVADIDAS. A FALTA DE FISCALIZAÇÃO.**

**CONFLITOS ENTRE OS SETORES PODER PUBLICO E USUÁRIOS.**

**FALTA DE PLANEJAMENTO.**

31- Na opinião do grupo de associados de sua entidade qual a principal meta da Plenária de Entidades frente à atuação do Consórcio Intermunicipal da MRA5 e do Comitê de Bacia do Rio Macaé?

**\_\_\_GESTÃO PARTICIPATIVA, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AMPLIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.** \_\_\_\_\_

---

32 – O grupo de associados considera importante o envolvimento do Comitê de Bacia do Rio Macaé com **questões regionais** relativas ao (s): (Múltipla escolha)

( X ) Recursos hídricos

( X ) Meio ambiente

( X ) Preservação do Solo

( X ) Desenvolvimento econômico e social.

( X ) Preservação do Patrimônio Cultural

( ) Outros

Se “outros” quais? \_\_\_\_\_ **LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS, NA ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA NA APLICAÇÃO DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS.** \_\_\_\_\_

33- Em caso de existência desse envolvimento regional, cite alguns exemplos positivos liderado pelo Comitê de Bacias do Rio Macaé.

\_\_\_\_\_**CRIAÇÃO DE CAMARAS TÉCNICAS DA: LAGOA DE IMBOASSICA, DE: PROJETOS, CIENCIAS E TECNOLOGIA, DE: INSTITUCIONAL E LEGAL, (TODAS ATUANTES) COMO CONTROLAR NIVEL DA LAGOA E MONITORAMENTO NA ABERTURA DA BARRA DO CANAL EXTRAVASOR. PARECERES TÉCNICOS E RELATÓRIOS CRÍTICOS PARA O PLENÁRIO CBH-MACAÉ E OUTROS.**

34 – Como a entidade avalia as articulações feitas até o momento para a elaboração do Plano de Bacias?

\_\_\_\_\_**PREMATURO COMENTAR ALGO, MAS ESTÁ SE NEGOCIANDO UMA VERBA (PATROCINIO) PARA ELABORAÇÃO. DEMORADO POR PROBLEMAS DE ATROPELOS (GOVERNO DO ESTADO), EQUIVADO NA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. QUERENDO IMPOR E ATÉ SOBREPOR EM ALGUMAS SITUAÇÕES CONTRARIANDO A LEGISLAÇÃO.**\_\_\_\_\_

---

35 – Como percebem a participação das Prefeituras no Comitê de Bacia do Rio Macaé?

\_\_\_\_\_**DESPREPARADAS, 2 ANOS ( PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO) E AINDA ESTÃO PROCESSANDO. VEJO COMO ETAPAS: OBRIGATORIEDADE E CURIOSIDADE, MEDO E TENTATIVA DE DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA E ACEITAÇÃO. E FINALMENTE AOS POUCOS PARTICIPANDO, MAS AINDA SEM A DEVIDA IMPORTÂNCIA E CUIDADO QUE OS RECURSOS HIDRICOS NECESSITAM.**

---

36 – Como a entidade percebe a participação do segmento usuário no Comitê de Bacia do Rio Macaé?

\_\_\_\_\_**BASTANTE INTERESSE, POIS SENDO USUÁRIOS SENTEN-SE COMPROMETIDO NO PROCESSO. TAMBÉM EM ALGUM MOMENTO TENTATIVA DE DOMINAÇÃO. NO CASO O INTERESSE É MAIOR EM NÃO PERDER O USO. A**

**PREOCUPAÇÃO COM A PRESERVAÇÃO PELO BEM COMUM É SEGUNDO PLANO. COMO ABASTECIMENTO PARA POPULAÇÃO. MAS APREDENDO RÁPIDO, NO FINAL DAS CONTAS, ELE PRECISA DO RIO PARA O NEGÓCIO, A QUESTÃO É: AGUA LIMPA. ESTAO COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO.**

---

37 - Como a entidade avalia a cobrança da água segundo proposta na legislação atual?

**EXISTEM ALGUNS PONTOS NA LEI DE COBRANÇA QUE PRECISAM SER REVISTOS, QUANTO A PERCENTUAIS DESTINADOS AO CUSTEIO DOS ORGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNCIPAIS DE RECURSOS HIDRICOS.**

---

38 - Cite nomes de entidades que deveriam estar integradas a Plenária de Entidades e não estão.

**PRODUTORES RURAIS, MAIS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, MAIS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES E COLÔNIA DE PESCADORES.**

---

---

39- Ao iniciar a pesquisa no mês de abril de 2004 venho observando com freqüência a menção dos “Cabeludos” como determinante para a consciência de preservação ecológica das riquezas do Sana. Na opinião do grupo de associados de sua entidade qual a importância ou não dos “Cabeludos”, sediados no Distrito de Sana, para o movimento ambientalista regional?

**TEM IDEAIS DE HARMONIA COM A NATUREZA E VISÃO DA NECESSIDADE DE PARTICIPAR DE MOVIMENTOS PARA UNIR AS FOÇAS**

**PERANTE O CHAMADO PROGRESSO QUE VEM DISTRUINDO AS BELEZAS NATURAIS E AMEAÇANDO AS AGUAS.**\_\_\_\_\_

40 – Quais são as principais parcerias que a entidade possui ?

\_\_\_ **NO MOMENTO O CONSÓRCIO E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**\_\_\_

---

41- Quais os principais conflitos que a entidade vê dentro do Comitê de Bacias e como a própria entidade se posiciona frente a eles ?

\_\_\_ **DESAGRAVEL CONVIVER COM A DECADÊNCIA E A INCOPETÊNCIA DOS GOVERNANTES EM SUA MAIORIA, EM MAIOR OU MENOR GRAU. MAS, PIOR, É VER GOVERNANTES SEM EDUCAÇÃO, SEM RESPEITO E SEM SERIEDADE.**

---

---

#### 41 - OUTROS DADOS

Sigla: **ACEMCA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL ECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**

Endereço:

Cidade: CASIMIRO DE ABREU - RJ

CEP 28860-000

Estado

Fax

Telefone: 2778

E-mail: INDIVIDUAL DOS DIRETORES.

Home Page: